

ANEXO III

1. ASPECTOS COMERCIAIS

O pagamento dos valores de remuneração pelo uso da rede STFC da Oi, relativo à Interconexão Indireta referida no item 3.1 deste Contrato, se dará da seguinte forma:

1.1 Sendo a CONTRATANTE uma PPP (Prestadora de Pequeno Porte).

- 1.1.1 A CONTRATANTE pagará, mensalmente à Oi, pelo Serviço de Interconexão Indireta relativo às chamadas referidas no item 3.1.1 do contrato, quando cursadas exclusivamente na mesma Área Local, independente de reclamação, inadimplência ou fraude de usuários das redes envolvidas, o valor de TU-COM, multiplicado pela quantidade de minutos apropriados por décimo minuto, tendo como remuneração mínima o valor equivalente à chamada de duração igual a 30 segundos.
- 1.1.2 A CONTRATANTE pagará, mensalmente à Oi, pelo Serviço de Interconexão Indireta relativo às chamadas referidas no item 3.1.2 do contrato, quando cursadas entre áreas locais distintas, na mesma área de registro, independente de reclamação, inadimplência ou fraude de usuários das redes envolvidas, o valor de TU-RIU1, multiplicado pela quantidade de minutos apropriados por décimo minuto, tendo como remuneração mínima o valor equivalente à chamada de duração igual a 30 segundos.
- 1.1.3 A CONTRATANTE pagará, mensalmente à Oi, pelo Serviço de Interconexão Indireta relativo às chamadas referidas no item 3.1.3 do contrato, quando cursadas entre áreas locais distintas de áreas de registros distintas, independente de reclamação, inadimplência ou fraude de usuários das redes envolvidas, o o valor de TU-RIU2, multiplicado pela quantidade de minutos apropriados por décimo minuto, tendo como remuneração mínima o valor equivalente à chamada de duração igual a 30 segundos.
- 1.1.4 Caso a(s) prestadora(s) de destino venham a exigir da Oi, ampliação das rotas de interconexão existentes com a Oi ou rotas específicas para terminação do tráfego da interconexão indireta, a CONTRATANTE deverá negociar essas ampliações ou rotas específicas, diretamente com a(s) prestadora(s) de destino, conforme estabelece o art 38 do novo Regulamento Geral de Interconexão (Anexo I da Resolução nº 693/18).

1.1.4.1 No caso da exigência mencionada no item 1.1.4 acima, a implementação da interconexão indireta ficará pendente até a efetiva conclusão da negociação, da CONTRATANTE com a prestadora destino.

1.2 Sendo a CONTRATANTE uma **não** PPP (Prestadora de Pequeno Porte).

- 1.2.1 A CONTRATANTE pagará os valores especificados nos itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 acima que se aplicam ao serviço de trânsito local e/ou transporte, na condição em que a CONTRATANTE será a responsável em negociar diretamente com a(s)

prestadora(s) de destino, a ampliação das rotas de interconexão entre a Oi e essa(s) prestadora(s) de destino, visando a entrega do tráfego adicional referente ao serviço de trânsito e/ou transporte ora contratado.

1.2.2 No caso da CONTRATANTE desejar que a Oi seja a responsável pela negociação, junto a(s) prestadora(s) de destino, da ampliação das rotas de interconexão mencionada no item 1.2.1 acima, a CONTRATANTE remunerará a Oi pelo(s) circuito(s) (E1) necessário(s) à ampliação das rotas de interconexão entre a Oi e as prestadora(s) de destino, visando a entrega do tráfego adicional referente ao serviço de trânsito/transporte ora contratado.

1.3 A CONTRATANTE arcará, ainda, com o ônus financeiro de todos os tributos, contribuições sociais e encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação do Serviço, Procedimentos Associados e Serviços Suplementares, inclusive PIS, COFINS ou outro tributo, contribuição ou encargo desta natureza, de acordo com o estabelecido nas legislações tributárias Federal, Estadual e Municipal e/ou consensado entre as Partes.

1.3.1 A CONTRATANTE recolherá os encargos referidos no item 1.3 acima.